



O PROGRAMA PARA REFORMA EDUCACIONAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (PREAL) E A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL NA DÉCADA DE 90

Adriana da Cunha Werlang ¹ - UNIOESTE

Edaguimar Orquizas Viriato ² - UNIOESTE

CAPES

Resumo:

O presente texto é parte do projeto de pesquisa intitulado “As políticas públicas de formação dos professores no Brasil a partir da LDB 9394/96 e sua relação com o Programa para Reforma Educacional na América Latina e Caribe (PREAL)” e pretende refletir sobre a influência do referido Programa nas reformas educacionais brasileiras. Considera-se para essa análise a interferência de organismos internacionais nesse processo, bem como as reformas educacionais a partir da LDB de 1996 para a formação de professores. O texto constitui-se da explanação e análise de 3 documentos do Programa elaborados para a América Latina e Caribe e de 1 documento elaborado especificamente para o Brasil. A análise foi feita relacionando esses documentos com a Reforma Educacional Brasileira, com a produção de capital humano e com a precarização do trabalho docente.

Palavras-Chave: políticas públicas educacionais – reforma educacional brasileira - capital humano – precarização do trabalho docente.

A década de 1990 foi marcada por significativas transformações na prática de formação docente, pois foi construída e difundida a imagem da educação como causadora do atraso e da pobreza. Desta forma, para resolver esta situação, foram necessárias algumas modificações na área educacional e houve, conforme Shiroma e Evangelista (2008, p. 35), uma “reconversão profissional para a adaptação do trabalhador ao novo ordenamento social”.

¹ Mestranda em Educação pela UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Membro integrante do Grupo de Pesquisa em Gestão Escolar – GPGE – UNIOESTE – Campus Cascavel. Bolsista CAPES – Demanda Social.

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Associada da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Membro integrante do Grupo de Pesquisa em Gestão Escolar – GPGE - UNIOESTE – Campus Cascavel. Orientadora.

Partindo desse pressuposto de necessidade de modificações, foram sugeridas diversas iniciativas de requalificação, reciclagem e capacitação recomendadas por empresários e organismos multilaterais. Nesse sentido, destacamos o PREAL, que utiliza relatório de progresso educacional para monitorar o estado da educação em nível regional (América Latina), sub-regional (América Central e República Dominicana), nacional (países selecionados) e locais (distritos selecionados).

O referido programa surge a partir do Projeto Principal de Educação para a América Latina e Caribe (PROMEDLAC), que foi coordenado pela Oficina Regional de Educação para a América Latina e o Caribe (OERLAC), que é subordinada à UNESCO. O PROMEDLAC teve início em 1980 e encerrou-se em 1996, data de início do PREAL. Ambos os Projetos estão articulados às Conferências de Educação para Todos, realizadas em Jontiem³ (1990) e Dakar⁴ (2000).

O PREAL foi criado em 1996 e aprovado pelos ministros de educação de várias nações⁵, entre elas, o Brasil, em novembro de 2002, na cidade de Havana, em Cuba, e está previsto para terminar em 2015. O mesmo é financiado pelo BID e pela UNESCO.

Santos, que desenvolve pesquisas sobre o PREAL, explica o seguinte:

O PREAL, fundado em 1996 e sediado no Chile, é co-dirigido pelo Diálogo Interamericano, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento Econômico (USAID), pelo BID e, frequentemente realiza trabalhos de pesquisa sob encomenda para o Banco Mundial e/ou com financiamento deste organismo, além de contar com o apoio do GE (Fundação General Electric) e outros doadores. (SANTOS, 2006, p. 2).

Conforme o site oficial⁶, o PREAL pretende contribuir para a melhoria da qualidade e para a igualdade da educação, mediante a promoção de debates sobre temas de política e

³ Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jontien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. Documento produzido: Declaração Mundial sobre Educação para Todos - Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Ver documento em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>

⁴ Fórum Mundial de Educação, realizado em Dakar, Senegal, de 26 a 28 de abril de 2000. Documento produzido: Educação para Todos: O Compromisso de Dakar. Ver documento em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>

⁵ Algumas nações que participam: Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Chile, México, Uruguai. Para maiores informações, consultar: GAJARDO, M. **Reformas educativas na América Latina. Balanço de uma década.** Documento nº 15 – PREAL – Programa para Reforma Educacional para América Latina e Caribe. 2000. Disponível em: http://www.oei.es/reformaseducativas/reformas_educativas_AL_balance_gajardo_portugues.pdf Acessado em 07/06/2011.

⁶ <http://www.preal.org.br/>

reformas educacionais, a identificação e difusão de boas práticas e a avaliação e monitoramento do progresso na educação.

Conforme o site do Programa, o principal objetivo dos relatórios mencionados é o de sensibilizar o público sobre os problemas da educação e promover a responsabilidade pública na educação. Eles são concebidos como uma ferramenta de diagnóstico e de recomendações, avaliando o desempenho dos sistemas escolares a partir da análise de indicadores.

Os relatórios explicitam as tendências predominantes em cada um desses campos, conceituando de “muito ruim” a “excelente” cada uma das áreas, descrevendo seu desempenho e fornecendo um conjunto de recomendações e ações políticas que poderiam ser usadas para encontrar soluções para os problemas identificados.

Conforme site do PREAL, as obras são realizadas e difundidas em parceria com uma rede de parceiros nacionais compostas por organizações da sociedade civil. Segundo Delannoy e Sedlacek⁷, citados por Shiroma e Evangelista (2008, p. 38), é fundamental a “importância das redes sociais e das redes de instituições de formação docente em nível superior, a exemplo do PREAL e da Kipus”, para melhorar o trabalho dos professores.

Segundo os documentos do Banco Mundial, específicos para professores do Brasil, as redes têm se mostrado um dos catalisadores mais eficientes para a formação de professores e contínuo reforço de treinamento. (Idem, 2008, p. 38).

Essas redes têm por objetivo disseminar valores, diretrizes, orientações e conceitos, atuando sobre legisladores, gestores e formadores de opinião, tendo, portanto, papel fundamental na propagação de diretrizes internacionais por meio de organizações não governamentais e não governamentais regionais e locais. (SANTOS, 2004)

A partir do final dos anos 90, o PREAL organizou dois grupos de trabalho, um responsável pelos relatórios referentes à América Latina e Caribe, e o outro responsável pelos relatórios da América Central. Esses relatórios tinham por objetivos discutir as deficiências da educação oferecida às crianças em toda a região e propor algumas orientações para sua superação. A partir desses relatórios, foram elaborados alguns Boletins também específicos por regiões, bem como, um boletim específico para o Brasil.

⁷ DELANNOY, F. e SEDLACEK, G. Brazil: teachers development and incentives: a strategic framework. Banco Mundial. Human development department. Brazil country management unit Latin America and the Caribbean regional office. Report. n.20408-BR. May 2000.

Portanto, para análise nesse trabalho, foram selecionados esses documentos específicos para a América Latina e Caribe, pois os mesmos fazem referência justamente às reformas educacionais do nosso país. Os documentos utilizados foram:

- Relatório “O futuro está em jogo” (1998 – Relatório Regional)
- Primeiro Boletim para a América Latina e Caribe “Ficando para Trás” (2001 – Relatório Regional)
- Segundo Boletim para a América Latina e Caribe “Quantidade sem Qualidade” (2006 – Relatório Regional)
- Boletim da Educação no Brasil “Saindo da Inércia” (2009 – Relatório Nacional)

Tendo como referência, portanto, essa influência exercida pelo mercado e por organismos internacionais, buscaremos, a partir de agora, apresentar esses documentos, bem como suas orientações acerca da reforma educacional para, na sequência, analisarmos os mesmos tendo como referência sua relação com a Reforma do Estado, a precarização do trabalho docente e a teoria do capital humano.

Em 1996 o Diálogo Interamericano e a Corporação de Investigação para o Desenvolvimento (CINDE) criaram uma “Comissão Internacional sobre Educação, Igualdade e Competitividade Econômica na América Latina e Caribe”. Esta comissão foi parte fundamental de um Programa mais amplo – “Programa para a Promoção da Reforma Educacional na América Latina e no Caribe – PREAL” – estabelecido pelo CINDE, em 1995.

Foi solicitado a essa comissão que examinasse o estado da Educação, apresentando suas conclusões e recomendações para orientação das políticas.. Os membros dessa Comissão reuniram-se em Santiago/Chile, em janeiro de 1997, para analisar o conteúdo e a estrutura do relatório e estabelecer um plano de trabalho.

Desta forma, surge o Relatório *O futuro está em jogo* (1998), como resultado desse trabalho e reflete o consenso dos membros dessa Comissão Internacional sobre a Educação, a Igualdade e a Competitividade Econômica na América Latina e no Caribe. Do Brasil, fizeram parte dessa comissão: Emerson Kapaz⁸, José Mindlin⁹ e Celina Vargas do Amaral Peixoto¹⁰.

⁸ Graduado em engenharia civil na Universidade Mackenzie, pós-graduado em Administração de Empresas na FGV. Disponível em: http://dekassegui.sp.sebrae.com.br/emerson_kapaz%20.aspx Acessado em: 10/10/2011.

⁹ Formou-se em Direito em 1936, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. <http://www.sp.senai.br/portal/barueri/conteudo/jos%C3%A9%20ephim%20mindlin.pdf> Acessado em 10/10/2011.

Para a Comissão, a boa qualidade das escolas é fundamental para o desenvolvimento econômico, a promoção da igualdade e o fortalecimento dos governos democráticos e, portanto, o relatório propõe uma série de medidas práticas para solucionar as graves deficiências das escolas, enfocando que essas recomendações eram base para o progresso na área educacional. Destacam também a necessidade da construção de um consenso sobre a necessidade dessas reformas para que as lideranças políticas consigam realizá-las plenamente.

Essa comissão oferece aos pais, ao governo, aos educadores, à comunidade empresarial, aos líderes políticos e aos organismos financeiros internacionais quatro recomendações chaves para a melhora da escola, que são (PREAL, 1998, p. 5):

1. Estabelecer padrões para o sistema de educação e medir o progresso na sua implementação.
2. Conceder às escolas e comunidades maior controle e responsabilidade sobre a educação.
3. Fortalecer a profissão docente através de aumento dos salários, uma reforma do sistema de formação e uma maior responsabilidade dos professores para com a comunidade que servem.
4. Aumentar o investimento por aluno na educação básica.

O Relatório apresenta a educação como estando em crise, apresentando como indicadores: notas muito baixas nas escolas; baixo rendimento educacional e falta de igualdade entre escola privada e pública.

Para eles, a economia aberta, a globalização e a tecnologia requerem um novo trabalhador, com conhecimento matemático e científico, capaz de se adaptar a situações que mudam com rapidez, justificando, portanto, a importância da educação.

Para eles, o principal desafio para o desenvolvimento econômico, para a igualdade social e a democracia está na melhora do sistema de ensino, enfatizando que os problemas são sistêmicos e devem ser abordados em várias dimensões de uma só vez. Portanto, através desse primeiro Relatório, pretendiam apresentar algumas recomendações para a realização de uma reforma ampla no sistema educacional da América Latina e do Caribe.

¹⁰ Bacharel em Sociologia e Política pela Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1966. Pós-Graduação no Mestrado em Ciência Política e Sociologia do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro em 1970. http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=113&id_qs=56 Acessado em 10/10/2011.

Basicamente, esse documento apresentava 4 problemas fundamentais na educação, que eram: falta de padrões para a avaliação do aprendizado e do desempenho dos estudantes; falta de autoridade e de cobrança das responsabilidades no nível da escola; ensino de má qualidade e investimentos insuficientes nos níveis primário e secundário, que deveriam ser observados e alterados através de reformas.

Como seguimento, o Grupo de Trabalho responsável pelo Relatório de 1998 decidiu publicar relatórios periódicos sobre o progresso da educação, chamados de “boletim”, como ferramenta que permitiria cobrar melhor as responsabilidades e chamar a atenção para o resultado alcançado.

Portanto, em 2001 foi publicado o primeiro boletim da educação na América Latina, que tinha por objetivo divulgar os resultados quanto ao acesso, qualidade e igualdade, nas reformas educacionais implementadas baseadas no Relatório de 1998.

Esse boletim, elaborado em 2001, apresenta como “ruim” (nota D), o tópico que tem como objeto central o item: “Fortalecer a profissão docente aumentando os salários, reformando o treinamento e fazendo com que os professores prestem mais contas às comunidades que servem” (p. 18), pois, para eles, não houve praticamente alteração conforme a recomendação no Relatório elaborado em 1998.

Para os responsáveis pelos boletins, o problema se concentra em duas questões: a falta de treinamento e a falta de um sistema de incentivos. O treinamento está relacionado ao tempo insuficiente de educação e à baixa qualidade da mesma, enfatizando que os programas de formação docente são curtos e possuem um currículo altamente técnico, desprezando a prática real da sala de aula. Também destacam que os programas sofrem em “consequência de um corpo docente de baixo prestígio e pouca qualificação, muita ênfase em técnicas e preleção e muita pouca atenção às técnicas de ensino apropriadas para estudantes em desvantagem” (Idem, p. 19). A isto tudo, acrescentam ainda a fraca qualidade da educação elementar e secundária que muitos aspirantes ao magistério recebem, o que dificulta o processo de aprendizado.

Outro fator interessante diz respeito a avaliação de desempenho dos professores, sendo esta destacada como algo crucial para a reforma.

Reformas cruciais, como avaliações de desempenho, vinculação dos salários ao desempenho, e permissão para que os diretores afastem os professores medíocres são praticamente inexistentes. De modo similar, poucos são os esforços feitos para reconhecer, apoiar e recompensar o ensino de qualidade superior nas salas de aulas. Em consequência, o magistério não é uma profissão

altamente respeitada. O prestígio é baixo, a moral é fraca e o desempenho é medíocre. (Idem, p. 20).

Fazem referências também a outras questões que prejudicam o bom ensino, como: “ausência de avaliações regulares de desempenho, apoio em sala de aula e reconhecimento profissional.” (Idem, p. 21). Para eles, a maioria dos países ainda não estabeleceu padrões para avaliação dos professores e de seu desempenho, o que dificulta o gerenciamento da qualidade dos mesmos.

Esse grupo de trabalho que organizou o Relatório de 1998 e o Boletim de 2001 concluiu seu ciclo em 2003 e foi seguido pelo Conselho Consultivo do PREAL. Esse Conselho, além de elaborar os próximos boletins, também trabalha com assessoria e ideias com o objetivo de orientar as atividades do PREAL.

O Boletim “*Quantidade sem Qualidade*”, publicado em 2006, é a continuação dos dois primeiros boletins e, assim como seus predecessores, analisa os desafios na educação e o progresso na implantação das quatro políticas propostas no “O futuro está em risco”. Este terceiro boletim teve como revisor final da versão em português a Fundação Victor Civita e como integrante do Conselho Consultivo do PREAL, o brasileiro Paulo Renato de Souza¹¹.

Neste boletim, também está registrado que “os esforços para melhorar a qualidade e a responsabilidade dos professores ainda não mostra mudanças mensuráveis nos processos de sala de aula”. (BOLETIM PREAL, 2006, p. 5). Continuam apresentando a formação como deficiente, mostrando que apesar da expansão das matrículas, ainda são grandes as falhas na educação dos professores. Outro dado interessante é a inferiorização dos profissionais que escolhem essa área:

Outro fator que deve ser levado em conta é que raramente os professores têm a melhor preparação quando são comparados com outras pessoas da sua geração. Muitos tiveram notas inferiores às de seus pares e escolheram o magistério como a última alternativa para entrar numa faculdade, e não por uma verdadeira vocação. Entretanto, o Chile e a Guatemala podem ser exceções. Estes dois países parecem recrutar candidatos mais qualificados. No Chile, esta é uma resposta parcial aos salários mais altos. (Idem, p. 17).

¹¹ Paulo Renato Souza ocupou numerosos cargos públicos e executivos no Brasil e no exterior, incluindo o de gerente de Operações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Washington, o de secretário da Educação do estado de São Paulo (1984–86 e o de reitor da Universidade Estadual de Campinas (1987–91) durante o governo Quéricia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Renato_Souza Acessado em: 15/10/2011.

De modo geral, apresenta que a formação de professores continua enfatizando a teoria em detrimento da prática, e frequentemente está desligada das necessidades da sala de aula e dos currículos, além de não promover exames de seus formandos como condições para a obtenção do emprego.

Outro fator bem significativo nesse boletim e que está bem mais presente, é o fato da cobrança da responsabilidade do professor, pois, segundo os redatores do boletim,

Ninguém exige responsabilidade da maioria dos professores do setor público—diretores, sociedade ou governos. Os salários não estão atrelados ao desempenho em praticamente nenhum país. Demitir um professor por mau desempenho é quase impossível. A excelência do ensino é raramente recompensada, ou ainda reconhecida. Os professores quase nunca recebem o apoio que precisam para diagnosticar os problemas e melhorar as suas habilidades. (Idem, p. 18).

Para eles, o pagamento dos professores deveria estar relacionado ao seu desempenho, pois, conforme eles, professores medíocres ganham tanto quanto bons professores, porém destacam que pouco ainda foi realizado nesse sentido, pois há resistência dos sindicatos, o que dificulta a implementação, bem como a avaliação dessa experiência. Também faz citação às gratificações por desempenho, colocando ela como uma alternativa para a melhora da educação.

Já em 2009 surge o primeiro “*Boletim da Educação no Brasil*”, que é resultado de um amplo estudo da realidade educacional no país e foi patrocinado e executado pela Fundação Lehmann, organização sem fins lucrativos, voltada para a melhoria da educação pública no Brasil, tendo o auxílio técnico do PREAL.

Esse boletim também mostra que a escolarização dos professores aumentou, mas a qualidade dos cursos de formação ainda é precária e, como consequência, nem sempre os professores estão preparados para a sala de aula. Conforme o boletim, a profissão do magistério é muito pouco atrativa no Brasil para jovens em início de carreira. Os salários ainda baixos, a progressão profissional limitada e o pouco prestígio social afastam os melhores alunos dos cursos de Pedagogia e Licenciatura e da docência.

Como resultado, grande parte dos estudantes que decidem seguir essas carreiras partem de uma educação básica muito ruim: os dados do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) mostram que 30% dos que ingressam nos cursos de Pedagogia e licenciatura estão entre os piores alunos do ensino médio. Além disso, mesmo entre os graduandos dos cursos de formação docente, 20% afirmam que a carreira de professor é uma segunda opção nos seus planos profissionais: apesar do diploma, só irão para o magistério caso não consigam exercer outro tipo de atividade. (Idem, p. 35).

Segundo o boletim, garantir bons salários e uma carreira que valoriza o esforço e a capacidade dos professores é uma maneira de tornar a profissão mais atrativa para os jovens.

No documento, todas essas mudanças na carreira docente, são apresentadas como necessárias para a “valorização” dos profissionais capazes e para o apoio aos com dificuldades. No período de elaboração do boletim, as propostas de reforma com esse sentido incluíam (Idem, p. 38-39):

- Mudanças no recrutamento – seleção de docentes baseado em um conjunto de competências que o professor deve dominar para fazer um bom trabalho em sala.
- Avaliação dos docentes – implementação de avaliações sistemáticas de desempenho, ajudando o professor a se desenvolver, contribuindo para o fortalecimento da carreira.
- Apoio para o aperfeiçoamento constante – programas de tutoria, onde os professores contam com profissionais mais experientes para observá-los e ajudá-los.
- Melhorias nos planos de carreira – para manter bons professores em sala, além de diminuir a rotatividade.
- Políticas de pagamento de bônus e incentivos – porém, se a remuneração não tem nenhuma conexão com a qualidade do trabalho do professor, dificilmente ele terá motivação para se sobressair nas suas funções.

Tendo, portanto, feita a explanação sobre os documentos selecionados para análise passaremos a seguir a analisá-los tendo como referência a reforma educacional a partir da LDB 9394/96, a produção de capital humano e a precarização do trabalho docente.

O PREAL e sua influência na Reforma do Estado

No Brasil, assim como nos demais países da América Latina, a partir da década de 1980, o neoliberalismo passou a exercer forte influência no sistema macroeconômico e, a partir do início da década de 1990, essa influência abrangeu também o sistema educacional, que vem sendo regido pelos princípios da economia e, portanto, das regras do mercado. “Segundo esta perspectiva, os alunos e seus respectivos pais são vistos como consumidores e, o ensino como produto a ser oferecido pela escola/empresa” (FIGUEIRÓ, 2005, p.1)

Essa perspectiva propõe uma alteração no papel do Estado em relação à Educação e modifica, substancialmente, a dinâmica de funcionamento das escolas públicas, pois o Estado

passa a ter um papel limitado e reduzido nas suas funções de provedor maior das condições estruturais e econômicas do ensino, mas mantém seu poder de controle fortemente acentuado. Conforme Figueiró,

sua ação de regulador e controlador assenta-se na imposição de um currículo nacional comum e de avaliações padronizadas dos resultados da aprendizagem dos alunos e do rendimento das escolas (Idem, 2005, p. 2)

Fica, portanto, claro que na educação os investimentos são focados no treinamento dos indivíduos, pois esse é o fator primordial para o desenvolvimento econômico e social, onde importa a liberdade de mercado, “no qual tem a chance de progredir e sair-se bem, na escola e no trabalho, a pessoa quem pelo seu esforço individual, apresentar melhor desempenho. (Ibidem, 2005, p. 2)

É, portanto, importante compreender que isto tudo está inserido em um processo amplo de reforma de Estado. Como verificamos, em vários momentos é destacada a relação da formação inadequada dos professores com a fraca aprendizagem dos alunos. Percebemos que diversas produções na área acadêmica discutem esse assunto, pois ele foi utilizado como aporte para se promulgar a necessidade de reforma na área educacional. Segundo os documentos analisados, a má qualidade do ensino era um fator fundamental para a baixa qualidade da educação e, portanto, deveria ser organizada uma reforma do sistema de formação do professor, bem como deveria ocorrer uma maior responsabilização do mesmo para com a comunidade a que servem.

Nesse sentido, foi realizada a reforma na área educacional onde foi disseminado que o objetivo da mesma era preparar melhor os professores, pois assim, conseqüentemente, seria elevada a qualidade da educação. Porém, conforme Bazzo (2006), o objetivo principal da reorganização das políticas educacionais foi o de responder às demandas do mundo da produção capitalista e da expansão do capital, pois, segundo a análise de algumas reformulações ou propostas na política de formação de professores (currículo estruturado por competência, avaliação de desempenho dos professores e sua relação com o desempenho dos alunos, ênfase nas noções de eficiência e eficácia (BAZZO, 2006, p.36) podemos verificar a relação entre o processo de acumulação capitalista e a formação do trabalhador (flexível, eficiente, preparado para se adaptar a situações que mudam com rapidez) e não com a importância de um verdadeiro ensino de qualidade.

Este objetivo de atender às demandas do mundo capitalista está relacionado também à necessidade de atender orientações de agências internacionais. Nesse sentido, o BM, o BID e a

ONU configuram-se como importantes interlocutores da agenda brasileira no campo educacional. Segundo Dourado,

é notório o papel que esses organismo exercem no âmbito educacional na América Latina e, particularmente, no Brasil ao difundir, entre outras medidas, em seus documentos uma nova orientação para articulação entre educação e produção do conhecimento, por meio do binômio privatização e mercantilização da educação. (DOURADO, 2002, p. 238)

Nesse sentido, destacamos que o principal financiador do PREAL é o BID e que este traz orientações para a área educacional. Segundo Castanho (2003), são três as principais orientações das agências internacionais que ganham destaque nesse âmbito, que são: a política de privatização, a de avaliação institucional e a de formação de professores.

Relacionando aos documentos analisados nesse trabalho e as mudanças na área educacional a partir da LDB 9394/96, podemos citar que a *política de privatização* está presente nos mesmos, pois fazem referência à importância da autonomia das escolas, bem como a necessidade da substituição do Estado pelo setor privado em alguns setores, como a da educação profissional, aproximando a escola das empresas e, conseqüentemente, favorecendo a cultura empresarial.

Também destacamos a presença da *política da avaliação institucional* nos mesmos, pois prioriza nos seus textos padrões específicos da cultura empresarial, quando destaca a importância da produtividade, da competitividade internacional, da necessidade da avaliação por desempenho para a melhora da qualidade da educação.

Podemos também perceber as orientações para a *política de formação de professores* propostas nos documentos e sua relação com as alterações ou propostas de mudanças na última década, que estão relacionadas à priorização do conhecimento sobre a prática, às cobranças individualizadas, a regulação e a fragmentação do trabalho pedagógico, as competências como política de formação e a avaliação docente (está sendo implantado atualmente).

Com base nessa análise e com o conteúdo já destacado no trabalho, podemos fazer a relação com a proposta neoliberal de reforma, que tem como um dos objetivos a privatização. No caso da educação ela se dá não através da transferência total para agentes privados, mas sim através de uma mudança de gestão, que implanta modelo de gerência privada, que enfocam a gestão local e a parceria com grupos e instituições de fora do Estado (BAZZO, 2006). Nesse sentido, percebemos o porquê da intensificação das propostas de autonomia e do uso de termos específicos da área empresarial.

Importante também destacar que nesse novo sentido de gerência escolar ocorre a possibilidade de interferência de grupos de fora do setor educacional no processo. Com a retirada do Estado através de projetos e programas repassados ao público não-estatal, somente mantendo o repasse de verbas, ocorre a transferência do controle político-ideológico para essas organizações, que coordenam e regulam todo esse processo para o mercado. Nesse sentido, toda a lógica de mercado, voltada para questões como competitividade, reestruturação produtiva e empregabilidade recaem na área educacional.

A formação do capital humano nas proposições do PREAL

O substrato teórico básico do neoliberalismo é a “teoria do capital humano”, pertinente à Economia da Educação, que surgiu nos Estados Unidos e Inglaterra na década de 1960, vinculada à ideologia desenvolvimentista do período pós II Guerra Mundial, onde a economia era vista como eixo central e propulsor do desenvolvimento.

A teoria do capital humano na atual sociedade do conhecimento tem como propósito preparar o indivíduo para competir no mercado por uma vaga de trabalho, em uma sociedade com baixa oferta de emprego.

Nessa sociedade são percebidos conceitos qualitativos como formação para a competitividade, qualidade total, qualificação e formação flexível (FRIGOTTO, 1995), onde a educação vem deixando de ser parte do campo social e político para ser conduzida ao campo do mercado. Nesse sentido, o campo de ação das já citadas agências internacionais se alarga na medida em que desenvolvem ações diretamente voltadas para o comando das reformas educacionais, como é o caso dos documentos do PREAL. Nesse sentido, os documentos do PREAL analisados demonstram tal relação, pois trazem nas suas proposições conceitos como produtividade, competitividade, avaliação por desempenho e formação constante.

A função da educação para os organismos internacionais é basicamente em relação à obrigação da promoção da empregabilidade, agora e por toda a vida (graças a formação continuada), visando a manutenção dos recursos humanos utilizáveis e rentáveis. Esta questão pode bem ser relacionada às mudanças propostas na área educacional, pois há incentivo constante a continuidade dos estudos, tanto para os professores, quanto a população em geral. Os

documentos do PREAL analisados deixam bem claro esse objetivo, pois exploram também o número de matrículas, a quantidade de estudantes que se graduam.

Com esse ideário, o trabalhador deveria estar em um constante processo de aprendizagem, pois ele não é mais definido em termos de emprego, mas sim pela aprendizagem acumulada, devendo saber aplicar esse aprendizado às mais diversas situações. Também é utilizado nesse momento princípios da individualidade, pois o mesmo é responsável por todo esse processo, bem como pela manutenção do seu emprego.

Nesse sentido, podemos perceber a lógica do mercado atrelada à educação, pois o reduz o processo educacional somente à questões profissionais, onde o aprendizado está relacionado basicamente a formação de trabalhadores que satisfaçam os interesses privados, tendo sentido somente dentro do serviço que prestam às empresas e à economia, onde o “homem flexível” ou o “trabalhador autônomo” ganham cada vez mais espaço.

Desta forma, a formação do indivíduo deve ser focada na competência da comunicação, da organização, do trabalho em equipe e na resolução de problemas, pois ele deve sempre estar preparado para qualquer tipo de adversidade que se apresentar (LAVAL, 2004, p. 16)

Nos documentos analisados, pode-se perceber a constante preocupação com a manutenção dos estudantes no sistema educacional, pois os níveis de evasão, repetência, bem como o ingresso também são analisados. Eles deixam bem claro que a educação é fundamental para o desenvolvimento econômico, porém em nenhum momento demonstram preocupação com o desenvolvimento que tem como premissa a apropriação, por todos, dos conhecimentos necessários ao julgamento e raciocínio no vida, nos setores intelectual, social, econômico e profissional.

O processo de precarização do trabalho docente implícito nos documentos do PREAL

São vários os fatores que podem ser analisados quando confrontados os documentos analisados com as mudanças na área educacional a partir da LDB 9394/96, tendo como referência a precarização do trabalho docente. Tomaremos como referência a *responsabilização docente*, a *formação em serviço* e a *avaliação de desempenho*.

O trabalho docente, apesar de enaltecida sua importância, acabou em um processo de desvalorização e perda do controle sobre seus meios de produção, do objeto do seu trabalho e da

própria organização da sua atividade (BRZEZINSKI, 2002, p. 12), acabando por surgir um novo perfil de professor, que, segundo Scalcon

Agora chamado de profissional – que, perante a possibilidade de realização de múltiplas tarefas, preconiza a eficiência, a resolução rápida de problemas, a iniciativa própria, a criatividade e o conhecimento dos mecanismos da produção. Na procura da substituição do modelo anterior, ocorre agora, não só no trabalho industrial, o deslocamento do eixo da rigidez para a flexibilidade, da desqualificação para a qualificação, da fragmentação para a interação. (SCALCON, 2005, p. 110)

Nessa perspectiva de eficiência e eficácia, pressupostos da lógica de mercado, podemos relacionar aos documentos analisados, quando eles não apresentam insistentemente a responsabilização dos professores pela sua formação, pelo resultado da aprendizagem, bem como pela qualidade da educação. Frequentemente nos relatórios e boletins analisados, são propostos que os professores assumam maior responsabilidade por seu desempenho profissional, enfatizando a deficiência dos cursos de formação docente que tem pouca duração, currículos altamente técnicos e corpo docente com pouco prestígio e qualificação. Para eles, é necessário que os professores busquem constante aperfeiçoamento, preferencialmente treinamentos no emprego, como forma de compensar as inadequações da formação inicial.

Outra questão diz respeito à responsabilização somente do professor. Não podemos excluí-lo da responsabilidade sobre o resultado do seu trabalho, porém é necessário compreender que ele não é o único responsável pelo sucesso ou fracasso da aprendizagem dos seus alunos. Questões políticas, sociais, estruturais, de gestão, bem como outras aqui não destacadas, contribuem para o bom ou mal resultado nesse processo. É, portanto, injusto responsabilizá-lo sozinho pela má qualidade de seu trabalho.

Interessante também destacar como os documentos analisados inferiorizam os profissionais da educação, pois os apresentam como aqueles que têm menor preparação quando comparados aos estudantes de outros cursos, como também destacam que muitos estão nessa área por não terem outra alternativa. Isso demonstra como dentro desse discurso já fica pré-estabelecido à baixa qualidade dos profissionais dessa área.

Tendo essa como uma das referências, buscam também nos documentos apresentar a importância da avaliação dos professores por desempenho, pois, para eles, essa seria uma forma de melhorar a qualidade da educação. Conforme seus documentos, a avaliação deveria estar

vinculada ao salário e a estabilidade no emprego, bem como os bons professores deveriam ser premiados. (PREAL, 2001, p. 20)

Desta forma, tem-se, portanto, apontadas as relações que podem ser destacadas com base na responsabilização docente, na formação em serviço e na avaliação de desempenho observando-se os documentos apresentados pelo PREAL para a América Latina e também especificamente para o Brasil com as mudanças na área educacional a partir da LDB 9394/96.

REFERÊNCIAS

BAZZO, V. L. “As consequências do processo de reestruturação do Estado Brasileiro sobre a formação dos professores da Educação Básica: algumas reflexões”. In: PERONI, V. M. V., PEGORARO, L., COSTA, A.C. (org). **Dilemas da Educação Brasileira em tempos de Globalização neoliberal: entre o público e o privado**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

BRZEZINSKI, I. **Profissão docente: identidade e profissionalização docente**. Brasília: Plano Editora, 2002.

DOURADO, L.F. A reforma do Estado e as políticas de formação de professores nos anos 1990. In: Dourado, L.F. e PARO, V. H. (org). **Políticas Públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Políticas educacionais: implicações na formação continuada e na profissionalização docente**. Linhas (UDESC), v. 6, 2005.

FRIGOTTO, G. Os delírios da razão: Crise do Capital e Metamorfose Conceitual no Campo Educacional. In: GENTILI, P. (Org.) *Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa. O neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.

PREAL – Programa de Promoción de la Reforma Educativa em America Latina y el Caribe. “O futuro está em jogo” – Relatório da Educação na América Latina. 1998 Disponível em: http://www.preal.org/BibliotecaN.asp?Id_Carpeta=268&Camino=63|Preal Publicaciones/262|Informes de Progreso Educativo/268|Informes Regionales Acessado em: 15/09/2011

PREAL – Programa de Promoción de la Reforma Educativa em America Latina y el Caribe. “Ficando para Trás”. 2001 – Boletim da Educação na América Latina. Disponível em: http://www.preal.org/BibliotecaN.asp?Id_Carpeta=268&Camino=63|Preal Publicaciones/262|Informes de Progreso Educativo/268|Informes Regionales Acessado em: 15/09/2011

PREAL – Programa de Promoción de la Reforma Educativa em America Latina y el Caribe. “Quantidade sem Qualidade” – Boletim da Educação na América Latina. 2006. Disponível em: http://www.preal.org/BibliotecaN.asp?Id_Carpeta=268&Camino=63|Preal Publicaciones/262|Informes de Progreso Educativo/268|Informes Regionales Acessado em: 15/09/2011

PREAL – Programa de Promoción de la Reforma Educativa em America Latina y el Caribe. Boletim da Educação no Brasil “Saindo da Inércia”. 2009. Disponível em: http://www.preal.org/BibliotecaN.asp?Id_Carpeta=268&Camino=63|Preal Publicaciones/262|Informes de Progreso Educativo/268|Informes Regionales Acessado em: 15/09/2011

SANTOS, A. F. T. **Entre a Cooptação e a Repressão: Capital e Trabalho nas Reformas Educacionais Latino-americanas.** In: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ; GOMES, Claudio. (Org.). Temas do Ensino Médio: Trilhas da Identidade. 01 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2004.

SCALCON, S. Formação: o viés das políticas de (trans)formação docente para o Século XXI. In: ALMEIDA, M. (org). **Políticas Educacionais & Práticas Pedagógicas: para além da mercadorização do conhecimento**. Campinas: Alínea, 2005.

SHIROMA, E. O. e EVANGELISTA, O . Redes para reconversão docente. In: Alexandre Felipe Fiuza; Gilmar Henrique da Conceição. (Org.). **Política, Educação e Cultura**. 1 ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2008, v. 1, p. 33-54. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/56417838/Livro-1-Politica-Educacao-Cultura-Unioeste-Mestrado-Em-Educacao-PDF-5B1-5D> Acessado em: 10/05/2011.